

# Diário do Legislativo de 21/05/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - 38ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

##### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDEM DO DIA

#### 2.1 - Comissão

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/5/2010

Presidência dos Deputados José Henrique e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.594 a 4.596/2010 - Requerimentos nºs 6.188 a 6.206/2010 - Requerimentos das Comissões de Minas e Energia, de Direitos Humanos e de Educação e dos Deputados Délio Malheiros e outros, Sargento Rodrigues (2), Gil Pereira e Elmiro Nascimento - Comunicações: Comunicações da Comissão de Saúde e do Deputado Tiago Ulisses - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Gustavo Corrêa, André Quintão, Domingos Sávio e Duarte Bechir; questão de ordem; discurso do Deputado Sargento Rodrigues - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Délio Malheiros e outros e Sargento Rodrigues (2); deferimento - Requerimento do Deputado Elmiro Nascimento; deferimento; designação de comissão - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.398/2007, 2.490/2008, 4.207 e 4.389/2010; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Votação de Requerimentos: Requerimentos das Comissões de Minas e Energia, de Direitos Humanos e de Educação e do Deputado Gil Pereira; aprovação - Questão de ordem - Requerimento do Deputado Padre João; deferimento; discurso do Deputado Carlin Moura - Requerimento do Deputado Ademir Lucas; deferimento; discurso do Deputado Lafayette de Andrada - Requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado João Leite - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Carlin Moura; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.316/2010; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2009; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Encerramento - Ordem do Dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz -

Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º- Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

##### Correspondência

- O Deputado Carlin Moura, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Da Sra. Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.286/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Defesa Social, informando os nomes dos representantes dessa Pasta em audiência pública da Comissão de Segurança Pública em Vespasiano, em 17/5/2010.

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.623/2010, do Deputado Weliton Prado, e 5.711/2010, da Deputada Ana Maria Resende.

Do Sr. José Maria de Souza, Prefeito Municipal interino de Couto de Magalhães de Minas, dando ciência de sua investidura nesse cargo, em virtude de decisão da Justiça Eleitoral.

Do Sr. Antônio Lima Bandeira, Presidente da Emater-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.272/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Unimontes, agradecendo convite para debate público da Comissão de Educação, em 17/5/2010, e informando o nome de sua representante no evento.

Do Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Chefe do Estado-Maior da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.554/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (3), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 4.171, 4.355, 4.378, 4.379 e 4.381/2010, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça. (- Anexem-se os ofícios e as notas técnicas aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.325 e 5.690/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Mônica R. C. Rolla Toledo, Promotora de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.832/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional de Negócios da CEF (5), informando a liberação de recursos financeiros em favor do Estado, para execução dos programas que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução do Ministério da Ciência e Tecnologia (2), informando a liberação dos recursos financeiros referentes aos convênios que menciona, celebrados entre esse Ministério e o Projeto Vida e Esperança e entre esse Ministério e o Instituto Brasileiro de Administração. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Vera Lúcia Gonçalves Vidigal Maciel, Diretora da Superintendência de Organização e Atendimento Educacional, da Secretaria de Educação (4), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 4.378 a 4.381/2010, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça. (- Anexem-se os ofícios aos respectivos projetos de lei.)

Do Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, informando a liberação de recursos financeiros em favor do Estado, para manutenção dos Serviços de Ação Continuada. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

##### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROJETO DE LEI Nº 4.594/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Região da Serrinha - Aprres -, com sede no Município de São Roque de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Região da Serrinha - Aprres -, com sede no Município de São Roque de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2010.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A principal finalidade da Associação dos Produtores Rurais da Região da Serrinha - Aprres - é promover a integração e o desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias dos produtores rurais e moradores da região da Serrinha e adjacentes. Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.595/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão, com sede no Município de Ouro Preto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão, com sede no Município de Ouro Preto.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2010.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão, entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover atividades sociais, culturais, de lazer e desportivas, melhorando a qualidade de vida e a convivência entre os moradores da sua área de abrangência.

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação não faz distinção alguma quanto a religião, cor, sexo, condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.

Insta pontuar que a referida Associação se encontra em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, aos requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.596/2010

Declara de utilidade pública a Associação do Clube da Melhor Idade, com sede no Município de Catas Altas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Clube da Melhor Idade, com sede no Município de Catas Altas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2010.

Délio Malheiros

Justificação: A Associação do Clube da Melhor Idade, fundada em 7/11/99 por um grupo de pessoas interessadas e preocupadas com as questões sociais, tem por finalidade congregar pessoas na faixa etária acima de 45 anos, proporcionando-lhes atividades de turismo, lazer e cultura que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida, assim como para o bem-estar psicológico, a realização pessoal e a saúde.

Entidade de assistência social, não possui fins lucrativos, não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a seus dirigentes, associados e mantenedores, sob nenhuma forma, destinando a totalidade das rendas apuradas ao atendimento gratuito de suas finalidades estatutárias. Preenche todas as exigências enumeradas na Lei Estadual nº 12.972, de 1998, para a declaração de utilidade pública, entre as quais podemos destacar o regular funcionamento há mais de um ano, diretoria composta por pessoas de reconhecida moral e não remuneradas pelo seu múnus, bem como comprovada aquisição de personalidade jurídica.

Assim, considerando que a associação desenvolve uma gestão administrativa e patrimonial em prol do interesse público e não há nenhum óbice legal para a declaração de utilidade pública, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 6.188/2010, do Deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Cledorvino Belini, Presidente do Grupo Fiat para a América Latina, por sua posse como Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores do Brasil para a gestão 2010-2013. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 6.189/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Passos pelos 152 anos de adoção, pelo Município, desse nome. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.190/2010, do Deputado Delvito Alves, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Universidade José do Rosário Vellano - Unifenas - pelos 38 anos de sua fundação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.191/2010, do Deputado Domingos Sávio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cássia pelo 120 anos de emancipação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.192/2010, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima por sua posse como Secretário de Fazenda. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 6.193/2010, do Deputado Elmiro Nascimento, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Professor Zama Maciel, de Patos de Minas, pelos 50 anos de sua criação.

Nº 6.194/2010, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências com vistas à instalação de uma unidade da Uemg no Município de Uberaba. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 6.195/2010, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências com vistas ao diálogo com os servidores da educação para solucionar-se a greve em curso. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Weliton Prado. Anexe-se ao Requerimento nº 6.028/2010, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 6.196/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à 15ª Companhia da Polícia Militar pedido de informações sobre os nomes dos condutores, bem como sobre o roteiro, as placas e os números das viaturas dessa Companhia que circulavam no Bairro Vila Mariana, entre os dias 4 e 13/5/2010. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.197/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Sr. Bruno Alexander Vieira Soares, Coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, pedido de providências em relação à denúncia apresentada pelo Sr. Luiz Carlos Barbosa a essa Comissão. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.198/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Superintendência Regional do Trabalho cópia das notas taquigráficas da 23ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, destinada a discutir as frequentes violações de direitos humanos contra operários da construção civil na RMBH, bem como pedido de providências para que sejam fiscalizadas as condições de segurança dos trabalhadores que executam obras nos prédios desta Casa Legislativa.

Nº 6.199/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados cópia das notas taquigráficas da 23ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, destinada a discutir as frequentes violações de direitos humanos contra operários da construção civil na RMBH, bem como pedido de providências para realização de audiência pública para discutir o tema "Saúde e segurança no trabalho", conforme solicitado anteriormente por meio do Requerimento nº 1.603/2007. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 6.200/2010, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências com vistas à aprovação do zoneamento ecológico e econômico da Área de Proteção Ambiental Sul - APA - Sul. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.201/2010, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente pedido de providências com vistas à indicação de equipe técnica para acompanhar, com a comunidade local, o projeto de implantação do complexo minerário Mina da Serrinha, em Brumadinho, caso sejam retomados os estudos desse projeto pela empresa Ferrous Resources do Brasil Ltda.

Nº 6.202/2010, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente pedido de providências com vistas a que seja viabilizado o imediato retorno das atividades minerárias desenvolvidas em Pains e outros Municípios da região, suspensas por fiscalização conjunta de órgãos estaduais e federais na denominada Operação Pá de Cal, estabelecendo-se o prazo para que as empresas paralisadas promovam a sua regularização ambiental e para que os órgãos competentes possam promover a análise e finalização dos processos de regularização ambiental das empresas afetadas.

Nº 6.203/2010, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências com vistas à indicação de equipe técnica para acompanhar, com a comunidade local, o projeto de implantação do complexo minerário Mina da Serrinha, em Brumadinho, caso sejam retomados os estudos desse projeto pela empresa Ferrous Resources do Brasil Ltda.

Nº 6.204/2010, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado às Secretarias de Saúde e de Planejamento pedido de providências

para a criação de uma fundação que seja referência em transplantes no Estado, com as atribuições de coordenar a captação e a doação de órgãos, bem como de realizar transplantes mais complexos e de desenvolver atividades de aprimoramento profissional.

Nº 6.205/2010, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que apoie a edição da "Revista Magalhães" e do "Suplemento Literário", produzidos pela Escola Estadual Professora Maria de Magalhães Pinto, do Município de Igarapé, e para que celebre convênio para a cobertura da quadra de esportes desse estabelecimento de ensino.

Nº 6.206/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulada à Corte Internacional de Direitos Humanos manifestação de apoio ao III Programa Nacional de Direitos Humanos - DNDH3 -, aprovado pela 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos das Comissões de Minas e Energia, de Direitos Humanos e de Educação e dos Deputados Délio Malheiros e outros, Sargento Rodrigues (2), Gil Pereira e Elmiro Nascimento.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Saúde e do Deputado Tiago Ulisses.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Gustavo Corrêa, André Quintão, Domingos Sávio e Duarte Bechir proferem discursos que serão publicados em outra edição.

#### Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, serei breve. Antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de fazer um apelo a V. Exa., por quem tenho tanto apreço. Quando um Deputado não estiver aqui, poderemos repassar a palavra a outro. Gostaria também de dizer ao Deputado Duarte Bechir que ele deveria ter tido compreensão, pois este Deputado adentrou o Plenário e disse que já estava presente. Portanto gostaria que a minha vez de inscrição fosse respeitada. Já que tenho um apreço enorme por V. Exa., Presidente, gostaria de pedir que o Regimento Interno desta Casa fosse respeitado.

O Sr. Presidente - Gostaria de cortar a palavra do orador para dizer que estou aqui para cumprir o Regimento Interno. V. Exa. foi chamado por duas vezes e não se encontrava presente. Adentrou o Plenário logo que o Deputado Duarte Bechir subiu à tribuna. Continue com a palavra. A Presidência está abrindo exceção e permitindo que V. Exa. faça uso da palavra.

O Deputado Sargento Rodrigues - V. Exa. não está abrindo exceção, está cumprindo o Regimento, pois eu estava inscrito.

O Sr. Presidente - V. Exa. tem apenas 3 minutos para fazer seu pronunciamento.

O Deputado Sargento Rodrigues - Cumprirei. Gostaria de solicitar que V. Exa. não me interrompesse mais. O Deputado não havia iniciado a sua fala, portanto tanto o Deputado quanto V. Exa. erraram na condução desse episódio.

- O Deputado Sargento Rodrigues profere discurso que será publicado em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 6.201 a 6.203/2010, da Comissão de Minas e Energia, 6.204/2010, da Comissão de Saúde, 6.205/2010, da Comissão de Educação, e 6.206/2010, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Saúde - aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 19/5/2010, dos Projetos de Lei nºs 4.315/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 4.411/2010, do Deputado Eros Biondini, e 4.322/2010, do Deputado Lafayette de Andrada, e do Requerimento nº 5.959/2010, da Comissão de Segurança Pública (Ciente. Publique-se.).

#### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Délio Malheiros e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Exército brasileiro, bem como o Brigadeiro Antônio de Sampaio, Patrono da Infantaria Brasileira, pelo bicentenário de seu nascimento; e, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (2), solicitando a inclusão em ordem do dia dos Projetos de Lei nºs 3.813 e 3.830/2009.

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, solicitando a constituição de comissão de representação para comparecer à 52ª Festa Nacional do Milho - Fenamilho -, a realizar-se no período de 21 a 30 de maio de 2010, em Patos de Minas. A Presidência defere o

requerimento de conformidade com o inciso XIV do art. 232 do Regimento Interno e designa os Deputados Chico Uejo, Deiró Marra, Elmiro Nascimento e Hely Tarquínio para comporem a referida comissão.

#### Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.398/2007, 2.490/2008, 4.207 e 4.389/2010 (À sanção.).

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Minas e Energia, solicitando ao Presidente da Ferrous Resources do Brasil Ltda. que informe ao Ministério Público Estadual e a esta Comissão, caso ocorra, a data da retomada dos estudos com o objetivo de implantação do projeto minerário Mina da Serrinha. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos, solicitando ao Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais providências para agilizar a apuração de denúncia apresentada por Luiz Carlos Soares Barbosa sob o Protocolo nº 7.244/2010, bem como seja dada ciência a esta Casa do resultado da apuração da denúncia. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Educação, solicitando à Secretaria Municipal de Educação de Ibitaré informações sobre os motivos do não pagamento de vencimentos de servidores desse Município, conforme relato contido no Ofício nº 026/2010, do Sind-UTE de Ibitaré. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Gil Pereira, solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 4.057/2009. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

#### Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Agradeço ao Deputado José Henrique. Prometo-lhe que serei muito breve. Somente gostaria de comunicar a esta Casa que estou indo agora a Brasília. Apresentamos requerimento para todos os Senadores. Faremos gestões para que votem o fim do fator previdenciário e o aumento para os aposentados, muitos dos quais não estão tendo condições nem de se manter e comprar seus remédios. Esperamos que realmente o Senado tome posição iluminada hoje, vote em favor dos aposentados, acabe com o fator previdenciário e garanta o aumento dos aposentados. O Deputado Federal Elismar Prado, na Câmara dos Deputados, com muita firmeza, defendeu os servidores, votou a favor do aumento e votou pelo fim do fator previdenciário. Registro também que um membro da Associação dos Aposentados de Minas Gerais faleceu; aliás, o enterro será agora, às 17 horas. Nos últimos anos, dedicou sua vida justamente à luta em defesa dos aposentados, pelo reajuste e pelo fim do fator previdenciário. Assim agradeço e deixo a todos os servidores da educação nossa solidariedade, nosso apoio. Esperamos, o mais rápido possível, implementar o piso nacional para os servidores da educação, que realmente são uma categoria muito sofrida, que recebe menos de um salário mínimo. Esperamos que o governo faça justiça a esses servidores, que estão há mais de 40 dias parados. Estou indo agora a Brasília para fazer gestão com cada Senador, no Plenário e nos gabinetes, para que realmente votem a favor dos nossos aposentados do Brasil. Obrigado.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Carlin Moura. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

- O Deputado Carlin Moura profere discurso que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Ademir Lucas, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Lafayette de Andrada. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos. Com a palavra, o Deputado Lafayette de Andrada.

- O Deputado Lafayette de Andrada profere discurso que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos. Com a palavra, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

- O Deputado Adelmo Carneiro Leão profere discurso que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado João Leite. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos. Com a palavra, o Deputado João Leite.

- O Deputado João Leite profere discurso que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante da pauta.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 3.858/2010 e 4.144/2010, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite, bem como os Projetos de Lei nºs 4.057/2009 e 4.389/2010, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Carlin Moura, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 4.316/2010, 3.730/2009 e 4.194/2010 sejam apreciados em primeiro lugar entre as matérias em fase de votação, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.730/2009 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.065, de 22/11/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.194/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 20, às 9 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

#### Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Minascaixa, em 5/5/2010

Às 11h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Agostinho Patrus Filho, Dalmo Ribeiro Silva e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final da Comissão e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a discussão e votação, é aprovado o relatório final da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2010.

Agostinho Patrus Filho, Presidente - Lafayette de Andrada - Dalmo Ribeiro Silva.

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 5/5/2010

Às 14h55min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Delvito Alves (substituindo o Deputado Dilzon Melo, por indicação da Liderança do BSD) e Ivair Nogueira (substituindo o Deputado Adalcleber Lopes, por indicação da Liderança do Bloco PMDB-PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Rômulo Veneroso. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta, a deliberar sobre proposições da Comissão e a realizar audiência pública para dar continuidade a discussão sobre a realização da obra da Autopista Fernão Dias S.A. - OHL-Brasil na BR-381, comunica o recebimento de correspondência do Sr. Augusto César Torres Guerra, Coordenador de Infraestrutura de Rodovias da ANTT, informando que os documentos solicitados no Ofício nº 935/2009 estão disponíveis no site da ANTT, e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Eduardo Cordeiro Matosinhos, Presidente da Câmara Municipal de Congonhas, e Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República (17/4/2010). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Thaís Mendonça, Assessora de Imprensa da Autopista Fernão Dias S.A., e os Srs. Geraldo Antunes da Conceição, Secretário de Meio Ambiente de Betim; Alexandre de Oliveira, Supervisor da Unidade Local do DNIT em Contagem, representando Sebastião Donizete de Souza, Superintendente Regional do DNIT no Estado; Omar de Castro Ribeiro Júnior, Diretor-Superintendente da Autopista Fernão Dias S.A.; Ricardo Silva, Coordenador Jurídico da Autopista Fernão Dias S.A.; Almir Nogueira do Pinho e Weliton Sapão, Vereadores em Betim; Helvécio Braga, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária - Aciabe - de Betim; Emerson Braga, Gerente da CDL de Betim, representando o Presidente da CDL, José Barbosa; Cleanto Marcos Pedrosa, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Betim; Fabrício Fernandes Freire, empresário e Diretor da Aciabe de Betim; e Maurício de Las Casas Inácio Silva, advogado e empresário em Betim, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Maria Teresa Lara e ao Deputado Ivair Nogueira, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.872/2007 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, 2.361/2008, 3.685/2009 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, 3.692, 3.720 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 3.747, 3.764 e

4.019/2009 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.847, 5.863, 5.870, 5.877, 5.886 e 5.887/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.403, 3.862 e 4.112/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Gustavo Valadares, Presidente - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes.

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 11/5/2010

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispõem a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.406/2010, que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhada ao Governador do Estado, à Ministra do Meio Ambiente, ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Procurador da Fundação Estadual do Meio Ambiente, ao Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg - e ao Coordenador Regional do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade no Estado cópia de ofício do Sindicato Rural de Passa-Quatro contendo documento que resultou da audiência pública da Comissão nesse Município, em 15/4/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Luiz Humberto Carneiro - Gil Pereira - Célio Moreira.

Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/5/2010

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo Valério, Fahim Sawan e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Doutor Ronaldo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo Valério, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação atual dos transplantes realizados no Estado. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.155/2010 no 1º turno e 3.004/2009 no 2º turno (relator: Deputado Carlos Pimenta); 4.458/2010 (relator: Deputado Fahim Sawan); 4.427/2010 (relator: Deputado Doutor Rinaldo Valério) e 4.422/2010 (relator: Deputado Ruy Muniz), todos em turno único. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.903/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento dos Deputados Doutor Rinaldo Valério, Doutor Ronaldo e Carlos Mosconi em que solicitam seja encaminhado às Secretarias de Estado de Saúde e de Planejamento e Gestão pedido de providências com vistas à criação de uma fundação que seja referência em transplantes no Estado, com as atribuições de coordenar a captação e doação de órgão, bem como realizar transplantes mais complexos e desenvolver atividades de aprimoramento profissional. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Charles Simão Filho, Coordenador do MG Transplantes, representando os Srs. Antônio Jorge de Souza Marques e Antônio Carlos de Barros Martins, respectivamente Secretário de Saúde e Presidente da Fhemig; Maria Cristina Drummond, Coordenadora do Setor de Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, e Estevão Aquino, membro da Comissão de Nefrologia da mesma secretaria, ambos representando o Sr. Marcelo Gouvêa Teixeira, titular desse órgão; Lincoln Lopes Ferreira, Diretor da Associação Médica de Minas Gerais, representando o Sr. José Carlos Vianna Collares Filho, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Arilson de Souza Carvalho Júnior, Médico do Complexo MG Transplantes, representando o Sr. Célio Frois, do Complexo MG Transplantes; Omar Lopes Cançado Júnior, Coordenador Metropolitano do MG Transplantes; Sérgio Lopes da Costa Teixeira, Cardiologista do Núcleo do Coração e Pulmão do MG Transplantes; Sílvia Zenóbio Nascimento, Coordenadora do Núcleo de Fígado do MG Transplantes; e Aparecida Maria de Paula, Coordenadora do Núcleo de Transplantes Rins - Pâncreas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Doutor Rinaldo Valério, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Ronaldo - Doutor Rinaldo Valério - Fahim Sawan - Ruy Diniz.

Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/5/2010

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Dilzon Melo e Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Tiago Ulisses, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva e Dilzon Melo em que solicitam seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável solicitando: adotar as medidas cabíveis para viabilizar o imediato retorno das atividades minerárias desativadas em Pains e outros Municípios da região, suspensas por fiscalização conjunta de órgãos estaduais e federais na denominada "Operação Pá de Cal", realizada em março de 2010; estabelecer prazos para que as empresas paralisadas, a partir da retomada de suas atividades, promovam a sua regularização ambiental perante os órgãos competentes; e estabelecer prazos para os órgãos competentes promoverem a análise e a finalização dos respectivos processos de regularização ambiental das empresas afetadas; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita a realização de uma visita da Comissão ao Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em Brasília, para discutir formas de agilizar as anuências para intervenção em cavidades naturais referentes a processos de empresas mineradoras da região de Pains, no Centro-Oeste de Minas Gerais; Sávio Souza Cruz em que solicita a realização de audiência pública no Município de Ituiutaba para debater a implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - no Rio Tijuco, situado na região do Triângulo; e Carlos Gomes (5) em que solicita: sejam encaminhados ofícios ao Caoma-MG e à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável recomendando a indicação de equipe técnica para, juntamente com a comunidade local, acompanhar o projeto de implantação do complexo minerário Mina da Serrinha, em

Brumadinho, caso sejam retomados os estudos desse projeto pela empresa Ferrous Resources do Brasil Ltda.; seja encaminhado ofício à empresa Ferrous Resources do Brasil Ltda. solicitando que comunique, se for o caso, ao Ministério Público Estadual e à Comissão de Minas e Energia desta Casa a retomada dos estudos com o objetivo de implantação do projeto minerário Mina da Serrinha; seja encaminhado ofício ao Governador do Estado solicitando que sejam tomadas, num prazo de urgência, todas as providências necessárias para a aprovação do zoneamento ecológico e econômico da Área de Proteção Ambiental Sul - APA-Sul; seja realizada audiência pública para discutir os impactos sobre os reservatórios naturais de água nas atividades de mineração, bem como os impactos na transposição da água nas atividades mineradoras no Estado de Minas Gerais; e seja realizada audiência pública para discutir os impactos produzidos na cultura local durante e após as atividades de mineração na Mina da Serrinha no Município de Brumadinho. A Presidência recebe, para ser apreciado oportunamente, requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita a realização de audiência pública no Município de Conceição do Mato Dentro para discutir os impactos provocados nessa cidade e na região pela mineração. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Ruy Muniz.

Ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/5/2010

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" no dia 7/5/2010: ofícios da Sra. Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e dos Srs. Julio Cesar de Araujo Nogueira, Secretário Executivo (substituto) do Ministério da Integração Nacional (2); Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF; Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira, Secretário de Políticas Públicas de Emprego (substituto) do Ministério do Trabalho e Emprego; Humberto Miranda Cardoso, Diretor de Gestão Interna do Ministério da Cultura; Cleber Fernando de Almeida, Coordenador-Geral da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 3.855/2009, no 2º turno, e 4.350/2010 e do Projeto de Lei Complementar nº 35/2009, este, sobre substitutivo e emendas, no 1º turno, dos quais designou relator o Deputado Lafayette de Andrada. Registra-se a presença dos Deputados Agostinho Patrus Filho e Jayro Lessa. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.730, 3.857, 3.858, 3.963 e 4.083/2009, 4.135, 4.136/2010 são retirados da pauta, por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais, e 4.159/2010, atendendo-se a requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão. Os Deputados Jayro Lessa e Agostinho Patrus Filho retiram-se da reunião. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.449/2009 (relator: Deputado Antônio Júlio) e 4.194/2010 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Inácio Franco), e 3.855/2009 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.255/2010 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zé Maia). Na fase de discussão dos pareceres do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que concluem pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 35/2007 na forma do Substitutivo nº 4 e pela rejeição do Substitutivo nº 3 e das Emendas nºs 1, 2 e 4, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.350/2010 na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, o Presidente defere os pedidos de vista dos Deputados Antônio Júlio e Adelmo Carneiro Leão, respectivamente. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Lafayette de Andrada em que solicita seja convocado o Sr. Fernando Henrique Schuffner Neto, Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig, para prestar informações sobre a nova estrutura da empresa; Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião para debater o Projeto de Lei Complementar nº 58/2010, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, e a Lei Complementar nº 61, de 12/7/2001, que dispõem sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em tramitação nesta Casa, e em que solicita ao Presidente do Tribunal de Justiça, informações sobre os valores pagos a título de honorários de precatórios do Ipsemg a partir da Lei Complementar nº 64, de 2002; e Carlin Moura em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda e ao Presidente do Ipsemg pedido de informações sobre os valores repassados desde 2005 pelo Tesouro Estadual ao Ipsemg para abatimento da dívida de R\$675.559.917,20; e rejeitado o requerimento do Deputado Carlin Moura em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda, ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Presidente do Ipsemg pedido de informações sobre a lista de precatórios de responsabilidade do Ipsemg, especificando o total de precatórios expedidos pendentes de pagamento, o valor total devido, a discriminação desses precatórios por ano, a natureza dos processos que deram origem a eles e, no caso de precatórios decorrentes de direitos de servidores, o órgão ao qual pertenciam detentos do direito demandado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Gláucia Brandão - Neider Moreira - Lafayette de Andrada.

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/5/2010

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Braulio Braz e Eros Biondini (substituindo o Deputado Dimas Fabiano, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.388/2010 (Deputado Eros Biondini) e 4.405/2010 (Deputada Ana Maria Resende). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.388/2010. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.405/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Ana Maria Resende - Dimas Fabiano.

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/5/2010

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Walter Tosta, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Ivair Nogueira e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.335/2010, em 1º turno; 4.464, 4.467, 4.472, 4.473, 4.480 e 4.484/2010, em turno único (Deputado Walter Tosta); 4.435, 4.440, 4.444, 4.448, 4.449, 4.450, 4.452, 4.453, 4.454, 4.457 e 4.463/2010, em turno único (Deputado Elmiro Nascimento); 3.740, 3.775, 3.949, 4.067/2009, 4.261, 4.277, 4.417, 4.418, 4.419, 4.426, 4.430, 4.432, 4.433/2010, em turno único (Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.063/2009, 4.313, 4.314, 4.323, 4.324, 4.325, 4.341, 4.342, 4.353, 4.358/2010, os dois últimos com a Emenda nº 1, 4.375, 4.377 e 4.394/2010 (relator: Deputado Elmiro Nascimento); 4.280/2010 com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Cecília Ferramenta); 4.393/2010 (relator: Deputado Walter Tosta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.849, 5.864, 5.879, 5.883, 5.904, 5.930 a 5.934, 5.940, 5.961, 5.984 e 5.994/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 475, 1.707/2007, 2.427/2008, 3.664, 3.688, 3.852, 3.853, 4.096, 4.098/2009, 4.160, 4.162, 4.163, 4.170, 4.175, 4.177, 4.179, 4.180, 4.181, 4.200, 4.201, 4.210, 4.212, 4.214, 4.216, 4.217, 4.224, 4.228, 4.233, 4.239 a 4.243, 4.245, 4.248, 4.250, 4.258, 4.260, 4.263, 4.265, 4.267, 4.268, 4.270, 4.271, 4.273, 4.274, 4.281 e 4.295/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Padre João (3) em que solicita sejam encaminhados pedidos de providência ao Ministro do Trabalho, com vistas à imediata fiscalização dos trabalhadores ferroviários que operam sob o regime de monocondução de trens, no trecho compreendido entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, de responsabilidade da empresa MRS Logística; ao Diretor-Geral da ANTT, para melhora das condições de trabalho a que estão submetidos os ferroviários que operam no sistema de monocondução no Estado de Minas Gerais; ao Presidente do TST para que haja urgência no julgamento do Processo nº 193/2008, que se refere às demissões de trabalhadores da base do Sindicato dos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete, devido à participação destes em movimento grevista. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Walter Tosta, Presidente - Elmiro Nascimento - Carlin Moura - Sargento Rodrigues.

Ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/5/2010

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BDS) e o Deputado Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.428/2010 (Deputado Paulo Guedes), 4.429 e 4.477/2010 (Deputada Gláucia Brandão), 4.436 e 4.478/2010 (Deputado Marcus Pestana) e 4.476/2010 (Deputado Juninho Araújo), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.410/2010, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.876, 5.881, 5.882 e 5.993/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.951/2009 e 4.211/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos: da Deputada Gláucia Brandão em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater o Fórum Metropolitano de Secretários e Gestores da Cultura, coordenado pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana; da Deputada Gláucia Brandão e dos Deputados Délio Malheiros e Ruy Muniz em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para discutir o projeto de recuperação de peças sacras da Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural e outras ações de salvaguarda dos bens culturais móveis e imóveis em risco no Estado, para debater o tráfico de peças sacras e obras de arte, bem como para avaliar o risco de espoliação e sinistros do patrimônio histórico e cultural; e do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para homenagear a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais pelo recebimento do Prêmio Carlos Gomes de Música Clássica de 2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente.

Ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/5/2010

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Guedes, Doutor Ronaldo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da Comissão e a debater, em audiência pública, as dificuldades enfrentadas por taxistas de Sete Lagoas, devido à proibição, imposta pelos órgãos de controle de trânsito da Capital, ao transporte intermunicipal de passageiros em veículos de Municípios que não integram a RMBH. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Ten.-Cel. PM Aloysio Vaz d'Oliveira Júnior, Comandante do 25º Batalhão de Polícia Militar, em que agradece o convite e informa a impossibilidade de comparecer à reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Paulo Rubens Pereira Diniz, Diretor de Fiscalização do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -, representando o Diretor-Geral, José Elício Santos Monteze; Luiz Cláudio Figueiredo, Coordenador de Administração do Detran-MG, representando o Delegado-Geral de Polícia e Chefe do Detran-MG, Oliveira Santiago Maciel; Ten.-Cel. PM Roberto Lemos, Comandante do Batalhão de Trânsito de Belo Horizonte; Maurílio Geraldo Magela, Gerente de Transportes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano de Sete Lagoas, representando o Secretário Municipal, Eduardo Betti Menezes; Antônio Cláudio Kubrusly, Gerente de Fiscalização do Transporte Irregular da BHTRANS; José Haroldo Campos Carvalho, Diretor-Geral da Cooperativa de Transporte de Passageiros de Táxi de Sete Lagoas - Cooperlagos -; e Geraldo Osmany de Almeida, Diretor Executivo da Federação das Cooperativas de Transporte do Estado de Minas Gerais Ltda. - Fetranscoop -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Doutor Ronaldo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.903, 5.922, 5.923, 5.948, 5.955, 5.978 a 5.980, 5.982, 5.983 e 5.987/2010. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nºs 3.232/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Guedes, Padre João e Carlin Moura em que solicitam seja realizada audiência pública no Município de Francisco Sá com a finalidade de debater o processo de

desafetação de terras cedidas em comodato pelo Estado à empresa Itapeva Florestal Ltda.; Weliton Prado em que solicita seja realizada audiência pública para debater a morosidade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em homologar as respectivas serventias notariais aos candidatos aprovados nos concursos públicos para seventias extrajudiciais do Estado, que datam do ano de 2007; e Paulo Guedes em que solicita seja realizada audiência pública em Brasília de Minas com o fim de discutir a implantação de estação de tratamento de esgoto nesse Município, bem como a construção de barragem no Rio Paracatu, para garantir o abastecimento de água à região e regular a vazão do rio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Wander Borges - Doutor Ronaldo.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 13/5/2010

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Alencar da Silveira Jr., membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as potencialidades turísticas do Município do Serro e região, visando especialmente à Copa do Mundo de 2014. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Eliane Brandão Moreira Carvalho, Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente; Maria do Rosário Reis Simões, Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural; Silvana Aline Dumont Hallack, Secretária Municipal de Agricultura e Pecuária; Elcione Luciana da Silva, Diretora de Turismo da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente; Nanza de Miranda Melo, Vereadora, todas do Município do Serro; e os Srs. Guilherme Simões Neves, Prefeito Municipal do Serro; Gilson Roberto Lessa Nunes, Presidente da Câmara Municipal do Serro; Luciano de Jesus Sanguinete, Vice-Presidente do Circuito Turístico dos Diamantes, representando Jaime Lino Cruz, Presidente; Paulo Sérgio Torres Procópio, Presidente do Conselho Municipal de Turismo; Antônio Araújo Rabelo, membro do Conselho de Segurança Municipal; Roberto de Castro Teixeira, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Serro; e Marcio Cândido Alves, Marconi Fagundes Gomes, José dos Santos Silva, Wanio Conceição Moreira e Roberto da Silva Ribeiro, Vereadores, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Eros Biondini, Presidente - Carlos Gomes - Tenente Lúcio - Antônio Carlos Arantes.

Ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 13/5/2010

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura, em que convida os membros da Comissão a participar de reunião de audiência pública, em 18/5/2010, às 9 horas, no Teatro desta Casa, destinada a debater o Projeto de Lei Federal nº 6.722/2010, do Poder Executivo Federal, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, em trâmite no Congresso Nacional, e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo" em 30/4/2010: ofícios dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; Vespasiano Álvaro de Souza, Chefe do Gabinete da Presidência da Copasa-MG; Mauro Sérgio Nery Brito, Presidente da Cohab-MG; e das Sras. Huanda Bambirra Cabral, Diretora de Políticas de Apac e Cogestão da Secretaria de Defesa Social; e Renata Vilhena, Secretária de Planejamento. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Durante a fase de discussão da Proposta de Ação Legislativa nº 1.030/2009, em turno único, que conclui pela aprovação na forma de projeto de lei apresentado (relator: Deputado André Quintão), o Presidente concede a palavra ao Sr. Thiago Leão Pinheiro, Presidente da Associação dos Moradores e Amigos de Formiga, autora da proposição. Após votação, a proposição é aprovada. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlin Moura em que solicita reunião de audiência pública para discutir o impacto da não renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a Loteria Mineira para comercialização de jogos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2010.

André Quintão, Presidente - João Leite - Carlin Moura.

Ata da 1ª Reunião Especial da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 14/5/2010

Às 8h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar debate público com o tema "O Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais". A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Regina Helena Cunha Mendes, Coordenadora do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Minas Gerais; Célia Carvalho Nahas, da equipe executiva do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil; Andréa Passos, Coordenadora do Grupo de Integração das Regionais de Belo Horizonte; que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão. A Presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos às 14h30min, com a presença do Deputado João Leite e das Sras. Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude da Área Cível de Belo Horizonte; Maria Alice da Silva, Secretária Executiva da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais; Andréa Mismoto Carelli, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do Estado de Minas Gerais; Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Subsecretária de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -; Olívia de Fátima Braga Melo, Chefe da Divisão de Orientação e Proteção da Criança e do Adolescente; e dos Srs. Ivan Ferreira Silva, Conselheiro Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Moisés Barbosa Ferreira Costa, integrante da Coordenação Colegiada Juvenil de Minas Gerais no Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Coordenador de Cursos de Formação e do Grupo de Protagonismo Juvenil do Circo de Todo Mundo; Rodrigo Francisco Corrêa, representante juvenil da região Sudeste e integrante da Coordenação Colegiada Juvenil de Minas Gerais no Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Adriano Celso Guerra, Secretário

Executivo da Oficina de Imagens, Comunicação e Educação; Wellerson Eduardo Silva Corrêa, Coordenador da Defensoria Pública da Infância e Juventude Cível; Rodrigo Filgueira, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário - CAO - DH -; a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

André Quintão, Presidente.

Ata da 1ª Reunião Especial da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 17/5/2010

Às 8h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ruy Muniz e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar debate público com o tema "Ciência, tecnologia e inovação em Minas Gerais". A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Clélio Campolina Diniz, Reitor da UFMG; Mario Neto Borges, Presidente da Fapemig, que também representa Alberto Duque Portugal, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e Eduardo Costa, Diretor de Inovação, representando Luis Manuel Rebelo Fernandes, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão. A Presidência suspende os trabalhos. Reabertos os trabalhos, às 14h30min, com a presença dos Deputados Ruy Muniz e Carlin Moura, as Sras. Janete Gomes Barreto Paiva, Reitora da Uemg; Sílvia Nietzsche, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, representando Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Unimontes; Elisângela Lizardo, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos; e o Sr. Luiz Claudio Costa, Reitor da UFV, são convidados a tomar assento à mesa. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Ruy Muniz, Presidente - Carlin Moura - Gláucia Brandão - Duarte Bechir.

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 17/5/2010

Às 14h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Ruy Muniz e Irani Barbosa (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a situação da Comunidade Quilombola de Mangueiras, da região Norte de Belo Horizonte. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Giêdra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública da União; Maressa Miranda, Diretora do Escritório de Direitos Humanos da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -; e Ione Maria Oliveira, Presidente da Comunidade Quilombola de Mangueiras; e os Srs. Cláudio Rodrigues Braga, membro da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, representando o Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional; José Sérgio Pinto, Procurador do Incra no Estado, representando a Sra. Luci Rodrigues Espeschit, Superintendente Regional do Incra (substituta); Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, representando o Sr. Antônio Sérgio Rocha de Paula, Promotor de Justiça na Área de Direitos Difusos e Coletivos; Gustavo Corgozinho Alves de Meira, Coordenador de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado; Iran Barbosa, Vereador do Município de Belo Horizonte; e Maurício Moreira dos Santos, 2º-Secretário da Comunidade Quilombola de Mangueiras, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Irani Barbosa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo (18) em que solicita seja realizada visita conjunta desta Comissão e da Comissão de Segurança Pública ao Município de São Sebastião do Paraíso para averiguar possível caso de tortura praticada no Município de Monte Santo de Minas, no estabelecimento penal local; seja realizada reunião extraordinária no dia 19/5/2010, às 15 horas, para ouvir depoimentos de Agentes Penitenciários e advogados sobre a violação de direitos humanos no presídio de Caratinga e discutir outros assuntos; sejam encaminhados ao Prefeito Municipal de Inhapim, ao Promotor de Justiça da Comarca de Inhapim, ao Presidente da Câmara Municipal de Inhapim e à Gerência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano cópia das notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, realizada em 14/5/2010, e pedido de providências para o repasse à Apae de Inhapim dos recursos relativos à merenda escolar e à subvenção municipal; seja encaminhada à Gerência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano manifestação de aplauso pelo retorno dos pagamentos do SUS à Apae de Inhapim; sejam encaminhados ao Corregedor do Sistema Penitenciário as transcrições dos depoimentos colhidos na visita desta Comissão ao presídio de Caratinga, em 14/5/2010, e pedido de providências para averiguar as denúncias de possível participação do Diretor de Segurança, do Coordenador de Segurança e de Agentes Penitenciários em atos de violação a direitos humanos de presos nessa unidade prisional, incluindo uso recorrente de "spray" de pimenta, agressões, espancamento e torturas; para averiguar as possíveis denúncias de má qualidade da alimentação, insuficiência de produtos para higiene corporal, falta de medicamentos, redução de água, colocação de anteparo diante das celas em prejuízo da respiração dos internos e obrigatoriedade de estes lavarem embalagens descartáveis de refeições, sob pena de punição; para determinar a realização de exame de corpo de delito no preso Fabiano Firmino de Melo, que denunciou danos no aparelho auditivo motivados por agressões e espancamento; e para averiguar a possível denúncia de retenção indevida de carta enviada pela esposa ao preso Gildásio dos Santos Alves; sejam encaminhadas ao Subsecretário de Administração Prisional as transcrições dos depoimentos colhidos na referida visita, pedido de informações sobre o relatório da investigação interna no presídio de Caratinga, com data de 10/5/2010 e assinado por Carlos Teixeira de Siqueira, e pedido de providências para transferir os presos Bruno Toledo da Silva para a unidade de Ubá, onde está se processando a execução de sua pena, e Gildásio dos Santos para a unidade mais próxima possível do Município de Ipatinga e para realizar exame de corpo de delito no preso Fabiano Firmino de Melo; seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado na Comarca de Caratinga pedido de providências para análise da situação dos seguinte internos no presídio desse Município: Alexandre Alves do Carmo, que reclamou de sua situação prisional, e Paulo César Pereira - Infopen 62.430 -, que alegou já ter concluído sua pena; seja encaminhado ao Juiz da Comarca de Caratinga pedido de providências para ouvir Mauro Alves, interno no presídio de Caratinga, e encaminhar medidas adequadas à agilização de seu processo; sejam encaminhados ao Juiz e ao Promotor de Justiça da Comarca de Caratinga pedido de providências para que, durante suas inspeções no presídio desse Município, enquanto colhem depoimentos de internos, mantenham afastados todos os Agentes Penitenciários, para evitar constrangimentos; seja encaminhado ao Ministro Paulo de Tarso Wannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, pedido de providências para inclusão da Sra. Ione Maria Oliveiras no Programa Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, tendo em vista as constantes ameaças de morte que vem recebendo pela luta em favor da Comunidade Quilombola de Mangueiras, da região Norte de Belo Horizonte; seja enviado ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte e à Presidente da Câmara Municipal desse Município pedido de providências para suspender a tramitação do Projeto de Lei nº 820, de 2009, que prevê mudanças na Lei de Uso e Ocupação do Solo desta Capital, até a solução dos problemas da Comunidade Quilombola de Mangueiras; seja encaminhada à Ouvidoria Agrária Nacional, ao Incra, à Defensoria Pública do Estado, ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e à Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte cópia das notas taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária desta

Comissão, realizada em 17/5/2010; sejam encaminhados a José Jairo Gomes, Procurador da República, a Humberto A. Santos Júnior, Ouvidor da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, a Luciano Luz Badini Martins, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, e a Gustavo Corgozinho Alves de Meira, Coordenador de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado, cópia das referidas notas taquigráficas e pedido de providências para que sejam defendidos os direitos da Comunidade Quilombola de Mangueiras, da região Norte de Belo Horizonte; seja encaminhado ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos pedido de providências para a inclusão de Ione Maria Oliveira no Programa Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos; seja encaminhado a Giêdra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública da União, pedido de providências para que atue na defesa em juízo da Comunidade Quilombola de Mangueiras. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 18/5/2010

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 6.722/2010, de autoria do Poder Executivo Federal, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura - em tramitação no Congresso Nacional e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Domingos Sávio. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Henilton Menezes, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura; Washington Thadeu Mello, Secretário de Cultura; Luis Eguino, Secretário Executivo da Associação Pró-Cultura do Palácio das Artes - Appa; Marcelo Santos, Gerente de Arte e Cultura da Fundação Arcelor-Mittal Brasil; Leonardo Lessa, do Grupo Teatro Invertido; e Vítor Santana, membro do Colegiado Setorial de Música do Conselho Nacional de Política Cultural, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do Deputado Durval Ângelo (substituindo o Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do Bloco PT/PMDB/PCdoB). A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento da Deputada Gláucia Brandão e do Deputado Domingos Sávio em que solicitam sejam encaminhadas à Câmara dos Deputados as sugestões colhidas nesta reunião com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei Federal nº 6.722/2010, que institui o Procultura, a saber: 1) Propostas da Comissão de Cultura: 1.1) seja encaminhado à Comissão Parlamentar na qual o referido projeto de lei esteja tramitando pedido de providência para que se apensem a este os Projetos de Lei nºs 2.764 e 3.552/2008, com a redação proposta no substitutivo apresentado pelo relator das matérias na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em 26/8/2009, 1.2) sejam as Comissões Nacionais de Incentivo e Fomento à Cultura Setoriais criadas como órgãos de caráter deliberativo, consultivo e de assessoramento em suas respectivas áreas de abrangência, com composição paritária entre o governo e representantes da sociedade civil e que, naquilo que couber, se apliquem a elas as determinações estipuladas para as Comissões Nacionais de Incentivo e Fomento à Cultura (art. 5º e 6º); 2) propostas de alteração no Procultura aprovadas na Pré-Conferência Setorial de Teatro e Conferência Nacional de Cultura: 2.1) inclusão de item que acrescente aos mecanismos de implementação do Procultura os programas setoriais de artes, criados por leis específicas, com orçamentos e regras próprias (art. 2º: acrescentar Item V); 2.2) inclusão de parágrafo que garanta a não aplicação dos critérios relativos à dimensão econômica na avaliação dos projetos culturais cujas atividades ou formas de produção não podem ser autossustentáveis devido à sua própria natureza ou objetivos (art. 8º); 2.3) inclusão de parágrafo que exclua a necessidade de prestação de contas nos moldes da Lei de Contratos e Licitações - (8.666/1993) - para a categoria de prêmios concedidos através das seleções públicas; 2.4) garantia de montante de recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura nunca inferior ao montante disponibilizado para a renúncia fiscal de que trata o Capítulo IV da referida lei (art. 60); 2.5) retificação que institui o Prêmio Teatro Brasileiro, no sentido de garanti-lo como programa setorial para o teatro, regulamentado por lei específica e dotação orçamentária própria (art. 66) para fomentar núcleos artísticos teatrais com trabalho continuado, produção de espetáculos teatrais e circulação de espetáculos ou atividades teatrais; 3) propostas de alteração no Procultura aprovadas na Pré-Conferência Nacional de Cultura Setorial de Arquivos: 3.1) inclusão da palavra "arquivos" entre os equipamentos culturais mencionados nos art. 1º e 3º, bem como sua integração ao Sistema Nacional de Cultura, de modo a reconhecer o patrimônio arquivístico como o instrumento de construção de identidades e de cidadania; 4) proposta da Sra. Michelle Ferreira, gestora de projetos da Rede Minas: sejam contemplados na lei, de forma mais efetiva, projetos relacionados às TVs públicas, que têm uma função cultural e educativa relevante para a formação do cidadão; 5) proposta do Sr. Paulo Moraes, do Ponto de Cultura Museu da Oralidade Três Corações: agilidade e transparência na tramitação dos projetos e programas do Ministério, em especial no que se refere aos Pontos de Cultura; 6) proposta do Sr. Fernando Rodrigues: previsão de mecanismos explícitos para a integração dos artistas portadores de deficiência nos benefícios do Procultura; 7) propostas da Sra. Paloma Goulart, advogada e Gestora Cultural, e do Sr. Célio Guiga, Conselheiro Titular do Colegiado Setorial de Culturas Populares/Representação Sudeste e integrante e Produtor Cultural do Grupo Tradicional Família Guiga, de Teixeiras: 7.1) estipulação de dispositivo transitório prevendo data limite para que Estados e Municípios criem seus Conselhos de Cultura, nas respectivas instâncias dos entes federados; 7.2) estipulação de paridade representativa nos Conselhos entre a sociedade civil e os órgãos públicos; 7.3) garantia de assentos nos Conselhos para todos os setores culturais reconhecidos, de forma que não sejam restritos apenas a produtores artísticos; 7.4) garantia da representação das minorias dentro dos Conselhos, tais como Mestres dos Conhecimentos Tradicionais, Artesãos, representantes das Culturas Indígenas e Ciganas, para além dos outros setores já evidenciados pela Indústria Cultural. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente.

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 18/5/2010

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB) e Dilzon Melo (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as ameaças e perseguições sofridas pelos professores da rede estadual de ensino que lutam pela implementação do piso nacional do magistério no Estado. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Gladson Reis, Presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte; José Gomes Filho, Diretor-Coordenador do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE-MG -, Subsede de Montes Claros; e William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Seção de Minas Gerais da OAB, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Weliton Prado, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Deputado Durval Ângelo (4) em que solicita seja encaminhado ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos - CAO-DH - pedido de providências para a reabertura da escola de jovens e adultos da comunidade quilombola de Mangueiras; seja encaminhado à Secretaria de Educação de Belo Horizonte pedido de providências para o retorno do professor da escola de jovens e adultos da comunidade quilombola de Mangueiras; seja encaminhado à Sra. Déborah Macedo Duprat

de Britto Pereira, Subprocuradora-Geral da República, pedido de providências para a defesa dos direitos da comunidade quilombola de Mangueiras, em Belo Horizonte, e de outras minorias, encaminhando-se também cópia das notas taquigráficas da reunião extraordinária da Comissão em 17/5/2010; e seja realizada reunião de audiência pública para debater a violação dos direitos dos cidadãos de Lagoa Santa, no que diz respeito ao meio ambiente e à moradia, que estaria sendo causada pela construção de hotéis e pousadas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 18/5/2010

Às 14h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a omissão do poder público na fiscalização do transporte clandestino de escolares da RMBH. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ten.-Cel. PM Roberto Lemos, Comandante do Batalhão de Trânsito de BH, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; Paulo Rubens Pereira Diniz, Diretor de Fiscalização, Ronaldo de Assis Carvalho, Gerente de Fiscalização, e Valmir Venâncio, Chefe do Núcleo de Fiscalização, representando José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Luiz Cláudio Figueiredo, Coordenador de Administração de Trânsito, representando Oliveira Santiago Maciel, Delegado-Geral de Polícia e Chefe do Detran-MG; João Flávio Resende, Assessor da Presidência da BHTRANS, e Antônio Cláudio S. S. Kubrusly, Gerente de Fiscalização do Transporte Irregular da Diretoria de Ação Regional e Operação, representando Ramon Victor Cesar, Presidente da BHTRANS; Renato Augusto Soares, Presidente da Cooperativa dos Transportadores de Passageiros do Estado de Minas Gerais - Cooperminas -; e Nivaldo José Soares Júnior, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Turístico e de Fretamento da RMBH, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Antônio Carlos Arantes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo e Vanderlei Miranda em que solicitam seja encaminhado aos órgãos e autoridades que mencionam cópia das notas taquigráficas desta reunião; e Durval Ângelo (2) em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Procurador-Geral de Justiça para orientar todos os Promotores de Justiça do Estado a fiscalizar o transporte escolar, com a colaboração do DER-MG; e seja encaminhado pedido de providências, com cópia das notas taquigráficas desta reunião, ao Sr. Leonardo Barbabela, Promotor de Justiça, para agendar reunião com a Cooperminas, a fim de discutir a fiscalização do transporte clandestino. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente - Antônio Genaro - Zé Maia.

## ORDEM DO DIA

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 25/5/2010

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, no auditório da Fiemg em Divinópolis, questões relativas à segurança pública no Município e região.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Carlos Gomes, Chico Uejo e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2010, às 10 horas, no Auditório da Casa da Cultura, na Rua Regina Mendes da Silveira, s/nº, Centro, em Rio Pardo de Minas, com a presença dos convidados mencionados na pauta, com a finalidade de debater a regularização e a alienação de terras devolutas no referido Município e região.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2010, às 10 horas, na Câmara Municipal de Contagem, com a finalidade de

debater, em audiência pública, questões relativas à segurança pública no Município e região e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

João Leite, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas, Doutor Ronaldo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/5/2010, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações da Cemig sobre a execução, as metas e os relatórios do Programa Luz para Todos no Estado, referentes ao primeiro trimestre de 2010, com os convidados que menciona, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Cecília Ferramenta, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.714/2009

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Regional Escola Família Agrícola Margarida Alves, com sede no Município de Simonésia.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.714/2009 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Regional Escola Família Agrícola Margarida Alves, com sede no Município de Simonésia, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2008, que tem por finalidade promover uma educação de qualidade diferenciada, a partir do segundo ciclo do ensino fundamental com pré-qualificação profissional no ensino médio e superior, baseada no princípio da escola família agrícola e da pedagogia da alternância, na modalidade regular ou de educação de jovens e adultos - EJA.

Os seus principais objetivos e atividades, além do mencionado, são promover socialmente seus associados e o desenvolvimento rural sustentável solidário, através da educação e da formação diferenciada de adolescentes, jovens e adultos; implementar uma formação cidadã, integral e personalizada em harmonia com o meio ambiente; contribuir para o estabelecimento de políticas públicas educacionais no campo que respeitem a cultura e os anseios das populações locais; promover o intercâmbio na área da educação, a produção de pesquisas e publicações, bem como a realização de eventos, reuniões, círculos de estudo, debates e conferências; estimular a agricultura familiar, buscando incorporar novas culturas economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis para a região; combater a exploração do trabalho infantil, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente; capacitar e habilitar profissões rurais atendendo a sua diversificação; promover a segurança alimentar e nutricional através do projeto profissional dos estudantes e outros projetos alternativos junto às famílias de baixa renda; e por fim incentivar ações de saúde e assistência social, buscando alcançar o desenvolvimento econômico, social e o combate à pobreza.

Cabe ressaltar que, com o objetivo de indicar que a sede da entidade, de acordo com a ata da assembleia geral de 7/11/2009, é o Município de Conceição de Ipanema, foi apresentada a Emenda nº 1 pela Comissão de Constituição e Justiça.

Diante dessas considerações, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.714/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Domingos Sávio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.740/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Cecília Ferramenta, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Sal da Terra, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.740/2009 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Sal da Terra, com sede no Município de Coronel Fabriciano, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1998, que tem por finalidade promover o desenvolvimento comunitário, individual e contribuir para a inclusão social, sempre com intuito de atender às crescentes demandas das pessoas em situação de vulnerabilidade.

No cumprimento dos seus objetivos programáticos, incentiva ações nas áreas da assistência social, da educação e da saúde, sempre com intuito de melhorar a qualidade de vida e resgatar a cidadania da população em vulnerabilidade social e econômica, principalmente de crianças, adolescentes e dependentes químicos.

Diante dessas considerações, é meritória a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.740/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.776/2009

##### Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

#### Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Aliados dos Produtores Rurais Opção das Vertentes da Mantiqueira Barbacenense – Aprov –, com sede no Município de Barbacena.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.776/2009 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Aliados dos Produtores Rurais Opção das Vertentes da Mantiqueira Barbacenense – Aprov –, com sede no Município de Barbacena. Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2007, que tem por finalidade incrementar o desenvolvimento das atividades agropecuárias nessa comunidade.

A Associação procura incentivar a colaboração entre os associados e o desenvolvimento de suas atividades econômicas, assistindo-os no beneficiamento ou industrialização de seus produtos. Realiza ainda o intercâmbio de experiências, criando espaço para o comércio e oportunidade para que cada produtor mostre seu produto, consolidando assim a socialização, a valorização recíproca, o aperfeiçoamento das relações e a interação entre seus associados.

Diante dessas considerações, é oportuna a intenção de se lhe conceder a declaração de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.776/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Dilzon Melo, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.949/2009

##### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Maria Adélia – União, Força e Amor, com sede no Município de Santa Luzia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.949/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Maria Adélia – União, Força e Amor, com sede no Município de Santa Luzia, que possui como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população local.

Para alcançar suas metas, a entidade promove atividades esportivas e culturais, incentivando a solidariedade e a integração entre os moradores; oferece proteção à infância, à juventude, ao idoso e aos dependentes químicos; firma convênios com órgãos públicos e privados para subsidiar suas iniciativas.

No entanto, é por meio da articulação, do desenvolvimento e da promoção de ações nos âmbitos social, econômico, educacional e de saúde que a Associação atende à comunidade de forma efetiva.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.949/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.332/2010

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

#### Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o Projeto de Lei nº 4.332/2010 tem por objetivo instituir a Comenda Governador Benedito Valadares.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça e considerada jurídica, constitucional e legal. Agora compete a este órgão colegiado apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do art. 102, XIII, combinado com o art. 190, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.332/2010 tem por objetivo instituir a Comenda Governador Benedito Valadares, com a finalidade de homenagear pessoas e instituições que se tenham dedicado ao desenvolvimento político, cultural, econômico e social do Vale do Rio Doce e da região Centro-Oeste do Estado. A Comenda será concedida anualmente, pelo Governador do Estado, em cerimônia realizada no dia 4 de dezembro, data do nascimento de Benedito Valadares, alternadamente nos Municípios de Governador Valadares e Pará de Minas.

A relação dos agraciados, observada a quota mínima de 30% de mulheres, será publicada em decreto contendo o nome completo, a qualificação, os dados biográficos e os serviços prestados pelo homenageado.

Benedito Valadares Ribeiro nasceu em Pará de Minas, em 1892. Bacharel em Odontologia e Direito, foi advogado e Chefe de Polícia. Em sua vida política, foi Vereador e Prefeito em Pará de Minas, Deputado Federal constituinte em 1933 e 1946, Senador, Interventor e Governador do Estado de Minas Gerais.

Apoiou a Aliança Liberal, formada por Minas Gerais, pelo Rio Grande do Sul e pela Paraíba, que sustentava a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência em oposição à política paulista. Quando o movimento levou o gaúcho ao poder, Benedito Valadares era Prefeito em Pará de Minas e fiel aliado do Governador Olegário Maciel. A morte desse Governador durante o mandato instaurou uma intensa disputa sucessória. Getúlio Vargas optou por Benedito Valadares, político sem expressão e sem vínculo com os que disputavam o comando do Estado, mas executor fiel da vontade do Presidente.

Em 1935, foi eleito pelos Deputados Estaduais constituintes para o cargo de Governador do Estado, continuando como chefe do governo após a instauração do Estado Novo, até 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto.

Benedito Valadares tornou-se um político poderoso e ganhou fama por sua habilidade nas negociações. Ao mesmo tempo, seu jeito simples foi responsável pelo surgimento de um rico anedotário sobre sua pessoa. Coligado com outros Interventores, fundou o Partido Social Democrático – PSD –, do qual foi Presidente por vários anos. Apoiou a Revolução de 1964 e, com a extinção dos antigos partidos, em 1966 filiou-se à Aliança Renovadora Nacional – Arena. Em 1971, aos 79 anos, quando ocupava o cargo de Senador, retirou-se da vida pública.

Entre as realizações do governo de Benedito Valadares podemos citar a construção do Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte, da Penitenciária Agrícola de Neves, em Ribeirão das Neves, e da Cidade Industrial, em Contagem; a reorganização do sistema bancário do Estado e a transferência para a Capital mineira da sede do Banco Mineiro da Produção, posteriormente Banco do Estado de Minas Gerais – Bemge –; a remodelação da estrutura administrativa do Estado; a criação do Serviço de Fomento à Produção do Algodão, do Conselho de Expansão Econômica do Estado e do Departamento Estadual de Estatísticas; a implantação de escolas técnicas e industriais.

Benedito Valadares teve papel destacado na consolidação do chamado segundo ciclo civilizacional brasileiro, com a implementação do Estado nacional-desenvolvimentista, que garantiu direitos trabalhistas e progresso educacional e cultural.

Segundo a justificação do autor, entre 1930 e 1980, o Brasil reforçou a sua identidade nacional. Foram constituídos aparelhos públicos de educação e produção científica e políticas culturais que contribuíram para a formação de uma cultura e de uma identidade brasileiras. Em Minas Gerais, além da Cidade Industrial de Contagem, foram construídas a conexão Vitória-Minas, da Central do Brasil, que colocou Figueira do Rio Doce (atual Governador Valadares) em ligação com os principais centros consumidores, em 1936; e, em 1943 e 1944, a Rodovia Rio-Bahia – BR-116.

Assim, a Comenda Benedito Valadares visa estimular e valorizar ações em prol do desenvolvimento cultural, econômico e social da região Centro-Oeste de Minas Gerais e do Vale do Rio Doce.

#### Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.332/2010.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2010.

Eros Biondini, Presidente - Carlos Gomes, relator - Antônio Carlos Arantes.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.426/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Durval Ângelo, objetiva declarar de utilidade pública a Casa Abrigo Leleco para Crianças, com sede no Município de Espera Feliz.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal. Vem agora a este órgão colegiado para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.426/2010 pretende declarar de utilidade pública a Casa Abrigo Leleco para Crianças, entidade civil sem fins lucrativos, que busca desenvolver no Município de Espera Feliz importante trabalho na área da assistência social em benefício de crianças que estejam em situação de risco e aguardando decisão judicial para adoção.

A documentação anexada ao processo demonstra que essa instituição desenvolve atividades diversas, sempre com o intuito de promover condições de melhoria na qualidade de vida das crianças sob seus cuidados.

Dessa forma, acreditamos ser merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.426/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.432/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Walter Tosta, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Mãos que Acolhem – AMA –, com sede no Município de Ataleia.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.432/2010 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação Mãos que Acolhem – AMA –, com sede no Município de Ataleia, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2008, que tem por finalidade desenvolver atividades voltadas especialmente para a área da assistência social.

Para cumprimento dos seus objetivos programáticos, fomenta projetos nas áreas da educação, cultura, proteção e defesa da saúde, integridade da família, da maternidade, da infância, da adolescência, da terceira idade e das pessoas portadoras de deficiência. Também desenvolve programas de orientação, capacitação e atualização profissional e de defesa e preservação do meio ambiente. Além disso, combate a fome e a pobreza e promove o desenvolvimento econômico e social.

Pela relevância do trabalho desenvolvido, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.432/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.435/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Embaixada do Altíssimo – Geração Davi –, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada. Agora, cabe a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.435/2010 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Embaixada do Altíssimo – Geração Davi –, fundada em 2000, com sede no Município de Contagem, que tem por finalidade desenvolver atividades voltadas para a área da assistência social.

No cumprimento de suas finalidades, a entidade ampara mulheres, crianças e adolescentes; presta assistência social aos menos favorecidos; promove a defesa da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, bem como combate à pobreza.

Pela relevância do trabalho desenvolvido, é oportuna a intenção de se conceder à instituição a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.435/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.436/2010

Comissão de Cultura

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Eros Biondini, objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Coromandel – AAPCC –, com sede no Município de Coromandel.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal. Vem agora a este colegiado para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.436/2010 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Coromandel – AAPCC –, com sede no Município de Coromandel, entidade civil, sem fins lucrativos, que busca desenvolver o associativismo entre os artesãos e produtores caseiros da comunidade local.

A fim de atingir seus objetivos programáticos, a instituição procura promover a defesa dos direitos e interesses de seus associados; aprimorar o processo produtivo e a qualidade dos produtos; implementar, divulgar e comercializar os produtos por meio da participação em feiras e eventos similares; além de buscar novas tecnologias para o incremento da eficiência e da produtividade.

Por sua iniciativa de inegável importância econômica e social, é justo conceder-lhe o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.436/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Marcus Pestana, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.440/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Nova Vida, com sede no Município de Sete Lagoas.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.440/2010 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Nova Vida, com sede no Município de Sete Lagoas. Entidade civil sem fins lucrativos, a Associação foi fundada em 2004 e tem por finalidade ser um instrumento de caráter social, educacional e profissionalizante.

Para cumprimento de seus objetivos programáticos, a instituição fomenta projetos nas áreas de educação, cultura, desenvolvimento integral e proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à juventude. Também desenvolve cursos de capacitação e formação profissional, visando à integração de seus associados no mercado de trabalho; programas e projetos de sistemas alternativos de geração de renda; serviços na área de comunicação; atividades de apoio na recuperação e reinserção social de dependentes químicos.

Pela relevância do trabalho desenvolvido pela Associação, é oportuno que seja declarada de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.440/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.444/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Creche Criança Feliz do Ana Moura, com sede no Município de Timóteo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.444/2010 pretende declarar de utilidade pública a Creche Criança Feliz do Ana Moura, com sede no Município de Timóteo. Entidade civil sem fins lucrativos, a Creche tem por objetivo cuidar gratuitamente de crianças carentes de até 6 anos cujos pais exerçam atividades laborativas fora do lar no período diurno, proporcionando-lhes a extensão da educação básica e infantil e buscando seu desenvolvimento integral, tanto em seu aspecto físico, quanto psicológico, intelectual e social.

Além do mais, a instituição coordena programas e projetos comunitários de erradicação da pobreza e de incentivo ao combate à fome; proporciona aos seus assistidos atividades nas áreas da educação, da cultura, do esporte e do lazer; e desenvolve programas de proteção à saúde da família, de combate à mortalidade infantil e à desnutrição, por meio do incentivo ao aleitamento materno.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.444/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.449/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Evangélica Ágape – Acea –, com sede no Município de Contagem.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.449/2010 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Evangélica Ágape – Acea –, com sede no

Município de Contagem, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2004, que tem por finalidade congregar as pessoas daquela comunidade, promovendo o seu desenvolvimento.

Para cumprir os seus objetivos programáticos, desenvolve atividades diversas, sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida de seus associados, especialmente dos mais carentes, incentivando a participação concreta na defesa dos interesses coletivos para a consolidação da cidadania.

Diante da relevância de seu trabalho, é oportuno e meritório conceder-lhe o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.449/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.452/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação do Bairro Novo Horizonte, com sede no Município de Timóteo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.452/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação do Bairro Novo Horizonte, com sede no Município de Timóteo, que tem como finalidade realizar obras e ações para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Com esse propósito, a entidade desenvolve atividades culturais, esportivas e recreativas; ministra cursos profissionalizantes; orienta sobre a preservação do meio ambiente; firma convênios com órgãos públicos e privados para subsidiar suas iniciativas; cria núcleos de trabalho conforme a aptidão de cada associado, objetivando a formação de novas lideranças.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.452/2010, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.453/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Vitória, com sede no Município de Santana do Paraíso.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.453/2010 tem por escopo seja declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Vitória, com sede no Município de Santana do Paraíso, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2007, que tem por finalidade promover o desenvolvimento comunitário por meio da integração social.

A documentação anexada ao processo demonstra que a instituição desenvolve importantes atividades nas áreas social e cultural, que

fomentam a dignificação do grupo humano, sempre com o intuito de promover condições de melhoria na qualidade de vida da comunidade de Santana do Paraíso.

Por isso, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.453/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.454/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Piedade e São Vicente de Paulo, com sede no Município de Açucena.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.454/2010 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Piedade e São Vicente de Paulo, com sede no Município de Açucena, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2002, que tem por finalidade promover o desenvolvimento comunitário por meio da integração social.

A documentação anexada ao processo demonstra que a instituição desenvolve atividades diversas, sempre no intuito de promover condições de melhoria na qualidade de vida de seus associados e dos carentes em geral, principalmente, dos idosos.

Por isso, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Cabe ressaltar, por fim, que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo dar nova redação ao art. 1º, a fim de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.454/2010, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.457/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Buritizeiro.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.457/2010 pretende declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Buritizeiro, entidade civil sem fins lucrativos que tem como finalidade desenvolver atividades assistenciais e de promoção humana, trabalhando para valorizar o indivíduo e a comunidade.

Na consecução de seus propósitos, a instituição mantém estabelecimento destinado a abrigar idosos de ambos os sexos, proporcionando-lhes assistência material e moral, visando à preservação de sua saúde física e mental; ampara e assiste os reconhecidamente pobres residentes na localidade, por meio de seus conselhos particulares, conferências vicentinas, obras unidas e especiais.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade adequar o nome da entidade ao

consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.457/2010, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.463/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria da Deputada Gláucia Brandão, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Centro de Desenvolvimento Comunitário Vila Leonina, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.463/2010 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Desenvolvimento Comunitário Vila Leonina, com sede no Município de Belo Horizonte, que tem como finalidade a assistência social.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades voltadas à proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência, da velhice e dos portadores de deficiência; à promoção gratuita da educação, da saúde, da cultura e da segurança alimentar e nutricional; à preservação do patrimônio histórico e artístico; e à defesa e conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Assim, busca incentivar o voluntariado, defender os direitos de seus assistidos e difundir valores universais como ética, cidadania, paz e democracia.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.463/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.478/2010

Comissão de Cultura

#### Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, objetiva declarar de utilidade pública a Associação Folclórica das Escolas de Samba de São Sebastião do Paraíso, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal. Vem agora a este colegiado para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.478/2010 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Folclórica das Escolas de Samba de São Sebastião do Paraíso, com sede nesse Município, entidade civil sem fins lucrativos que busca desenvolver atividades folclóricas e artísticas.

Para atingir seus objetivos programáticos, fomenta projetos de pesquisa e divulgação das manifestações culturais da região; promove a preservação da memória cultural do Município; e procura constituir valiosa parceria com o poder público e instituições congêneres para a implementação de projetos favorecedores da arte e da cultura naquela comunidade e no Estado.

Por sua iniciativa de inegável importância, é justo conceder-lhe o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Mediante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.478/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2010.

Marcus Pestana, relator.

## COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 19/5/2010, a seguinte comunicação:

Do Deputado Tiago Ulisses, notificando o falecimento de José Oliveira de Castro, ocorrido em 15/5/2010, em Piumhi. (- Ciente. Oficie-se.)

### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/5/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Ademir Lucas

exonerando Marília Fernandes Pinheiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Sirineia Calixto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Maria Édila da Conceição Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Marília Naves Gonçalves de Almeida do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Maria Édila da Conceição Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Deiró Marra

nomeando Maria de Fátima Rodrigues e Souza para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

exonerando Jorge Eduardo de Araújo Caixêta do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando José Alberto da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando Nando Almeida Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Fernanda Vidal Ferreira Reis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Rafael Soares Magalhães do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança dos DEM;

nomeando Geenes Alves da Silva para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança dos DEM.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando José Alberto da Silva do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança dos DEM;

nomeando Jorge Eduardo de Araújo Caixêta para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança dos DEM.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2010

Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 23/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que a sessão pública do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a aquisição de rádios transceptores e baterias recarregáveis para rádios transceptores, fica adiada para as 10 horas do dia 9/6/2010.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.